

1- [ATA](#)

1.1- Reunião Solene Destinada à Instalação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 13ª Legislatura

2- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)

ATA

**ATA DA REUNIÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DESTINADA À INSTALAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 13ª LEGISLATURA,
EM 15 DE FEVEREIRO DE 1995**

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

SUMÁRIO: ABERTURA - Ata - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Declaração de instalação - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagem governamental - Palavras do Sr. Presidente - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 15h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmo Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermanno Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Aldimar Rodrigues - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Antônio - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Antônio Zeitune - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dílzon Melo - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilberto Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência nomeia os Deputados Gilmar Machado, Bonifácio Mourão, Sebastião Helvécio, Péricles Ferreira, Romeu Queiroz e Jairo Ataíde para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades e os demais convidados, que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Arésio Dâmaso, Secretário Extraordinário de Assuntos Legislativos, representante do Exmo. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Desembargador José Costa Loures, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Conselheiro Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Deputado Tarcísio Henriques, Secretário

da Justiça; Deputado José Militão, Secretário de Assuntos Municipais; Dr. José Gama Dias, representante da Universidade do Estado de Minas Gerais; Deputado Rêmolo Aloise, 1º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Declaração de Instalação

O Sr. Presidente - Convido os presentes a assistirem, de pé, ao ato solene de instalação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária desta legislatura.

Declaro instalada a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 13ª Legislatura.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvirem, de pé, a execução do Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional.

Leitura de Mensagem Governamental

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Arésio Dâmaso, Secretário Extraordinário de Assuntos Legislativos, para fazer a leitura da mensagem governamental, por delegação do Exmo. Sr. Governador do Estado.

O Sr. Arésio Dâmaso - Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Desembargador José Costa Loures, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Conselheiro Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Deputado Tarcísio Henriques, Secretário da Justiça; Deputado José Militão, Secretário de Assuntos Municipais; José Gama Dias, representante da Universidade do Estado de Minas Gerais; Deputado Rêmolo Aloise, 1º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Srs. Deputados: (- Lê:)

* "Sr. Presidente, por solicitação do Dr. Hélio Garcia, Governador do Estado de Minas Gerais no período de 1991 a 1994, encaminho a V. Exa. a mensagem de prestação de contas relativa ao último ano de sua administração, de acordo com o que determina o art. 90, inciso X, da Constituição Estadual. Cordialmente, Eduardo Azeredo, Governador do Estado".

Sr. Presidente, por honrosa incumbência do Exmo. Sr. Governador do Estado, passo a ler para a Casa e para os Srs. Deputados a mensagem do ex-Governador Hélio Garcia. (- Lê:)

* "Senhor Presidente, conforme determinado pela Constituição do Estado de Minas Gerais, envio a essa egrégia Assembléia Legislativa mensagem em que presto contas das ações relativas ao exercício de 1994, último ano de minha administração.

Não obstante as limitações de ordem econômico-financeira que marcaram a conjuntura nacional nos últimos quatro anos, os grandes objetivos de meu governo puderam ser cumpridos através de um processo administrativo transparente, fundado no diálogo permanente e na parceria com a sociedade civil, os partidos políticos, os municípios e os Poderes constituídos.

No campo das finanças públicas, buscamos o saneamento das contas do Estado e a recuperação de sua credibilidade junto ao sistema financeiro nacional e internacional. O Governo de Minas Gerais procurou manter-se em dia com os financiamentos externos, restabelecendo o fluxo financeiro com organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e com o Banco Mundial - BIRD. Como resultado, em 1994, foram concluídas as negociações visando à captação de recursos externos para projetos como a duplicação da Rodovia Fernão Dias, que está sendo parcialmente financiado pelo BIRD, e para a continuidade do Pró-Floresta. O Estado de Minas Gerais obteve, ainda, financiamento para o Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios - SOMMA -, o Programa de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - PROSAM -, todos com execução a ser iniciada em 1995. Os recursos para o Programa Pró-Qualidade em Educação Básica tiveram sua negociação finalizada, tendo sido, ainda, contraído empréstimo com o governo japonês, através do OECF, para o desenvolvimento do Programa Jaíba II, que teve encaminhamentos importantes, como a licitação de obras. Além disso, a colocação de eurobônus no mercado internacional, no valor de US\$200.000.000,00, e a colocação das ADRs da CEMIG, no valor de US\$378.000.000,00, no mercado internacional e nacional complementam a atividade de captação de recursos para financiamento de diversos programas estaduais.

Os setores sociais tiveram do meu governo constante atenção. Os resultados alcançados nas áreas de educação e de atendimento à criança tiveram reconhecimento dos nossos concidadãos e de organismos internacionais. A gestão da escola pública foi descentralizada e democratizada. A implementação do SUS foi agilizada. Os programas Curumim e PROMAN ilustram nossos esforços de implementação de políticas inovadoras voltadas para a criança e o adolescente.

A restauração do equilíbrio financeiro do Estado propiciou a realização de investimentos em infra-estrutura em áreas consideradas estratégicas. Os projetos de reforma e ampliação da malha viária, de geração de energia, de irrigação, de saneamento e de telecomunicações puderam ser viabilizados graças a um criterioso trabalho de priorização do gasto público.

Enfatizo, Sr. Presidente, a harmonia que prevaleceu, ao longo dos últimos quatro anos, entre os Poderes constituídos do Estado e que foi fundamental para o bom desempenho da administração pública em suas diversas instâncias. Agradeço, portanto, a V. Exa. e aos Srs. Deputados por este clima de respeito e colaboração que pudemos estabelecer.

Cordialmente, Hélio Garcia, Governador do Estado".

* - Publicados de acordo com os textos originais.

Palavras do Sr. Presidente

Ao abrirmos os trabalhos da 1ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura, cumpre-nos ressaltar que, desde a Constituinte mineira, esta Casa vem experimentando mudanças importantes para se adequar a um presente que exige cada vez mais da representação popular. Entretanto, os avanços obtidos até hoje foram uma preparação para o grande momento que se avizinha. É chegada, para a Assembléia de Minas, a hora de empreender um salto qualitativo.

Ousar o novo significa sempre alguma ruptura com o passado, ruptura tanto mais difícil se esse passado representa conquistas decisivas. Em nosso caso, ele foi o tempo de cuidadoso preparo do solo: a nós, parlamentares à 13ª Legislatura, cabe a responsabilidade de plantar a semente daquela nova prática parlamentar que a sociedade vem cobrando com tanta insistência. O Legislativo mineiro, no pleno gozo de suas prerrogativas institucionais e dotado de bom suporte infra-estrutural, reúne todas as condições objetivas para assumir em plenitude seu múnus político. Fazê-lo acontecer depende de nós.

Saudamos com entusiasmo especial, no dia de hoje, todos os nobres pares desta Casa, os colegas parlamentares que assumem o primeiro mandato legislativo e os companheiros de jornada que já enfrentaram e venceram, por duas ou mais vezes, o rigoroso teste quadrienal das urnas democráticas. Neste momento novo da vida política nacional, deve constituir motivo de orgulho para cada um de nós ser representante de uma cidadania que vem se afirmando mais e mais em nosso Estado e no País inteiro. Somos, em Minas Gerais, uma Assembléia de 5.408.151 cidadãos, que depositaram seu voto de confiança nos candidatos ao Legislativo mineiro em 3/10/94.

Atentem, senhores e senhoras, para a magnitude desse número de votantes para Deputado Estadual em Minas Gerais: ele significa o total de votos válidos, de positiva confiança na representação parlamentar.

Uma Assembléia que representa a vontade manifesta de mais de 5.400.000 cidadãos deve e precisa agir, em qualquer parte do mundo, com a plena consciência política de sua notável expressão popular e força coletiva. Não pode curvar-se ante os desafios nem esconder-se nas dobras da negação. Não pode enredar-se nas tretas e manhas do oportunismo político, nem pode ceder ao mandonismo tecnocrático. Não! Cada representante desta Casa pode ostentar, com justa honra, seu diploma eleitoral e sustentar, com altivez, seu mandato popular, dignificando-o sempre perante esses milhões de eleitores que delegaram seu voto de confiança à Assembléia de Minas.

Polemistas de plantão costumam argüir que houve também uma parcela de votos brancos e nulos na eleição legislativa. Mas esses votos, que significam também um direito de manifestação do eleitor, não se comparam à grandeza da extraordinária demonstração de confiança popular no mandato legislativo. Todo o nosso esforço estará concentrado em ampliar cada vez mais a massa de votos válidos, desses votos de adesão plena ao exercício democrático da representação popular, votos aos quais temos o dever de responder com ação e trabalho.

O legislar deverá doravante dividir nossas atenções, de modo mais equânime, com as outras funções precípuas deste Poder: a de fiscal e de principal formulador das políticas públicas. Na verdade, o Estado tem leis demais. Precisamos, sim, de leis, mas de leis de qualidade, que mantenham coerência com um plano global de desenvolvimento. A opinião pública já está madura o suficiente para avaliar nossa produção em termos qualitativos e para compreender a inutilidade de normas esdrúxulas, que nada acrescentam e nenhum poder possuem de contribuir para melhorar efetivamente a vida dos mineiros.

Por outro lado, é preciso dizer não às leis de laboratório, feitas pelo legislador solitário, ao sabor de seus ímpetos ou para atender a "lobbies" de corporações. Esse vício, que caracteriza a tecnocracia, tem que ser banido do nosso meio. Em lugar dele, que prevaleçam normas elaboradas com a participação popular, construídas em sintonia com um esforço conjunto e coerente para desenvolver Minas.

É hora, pois, de fazer desta Casa o centro das decisões. Por muito tempo, o Legislativo se viu alijado da formulação do planejamento e das grandes políticas públicas. O Executivo tornou-se o responsável por todas as tarefas importantes de governo. O povo passou então a esperar exclusivamente dele as diretrizes de ação e as soluções para seus problemas. Esse processo esvaziou o parlamento degradando-o como poder de Estado. É preciso agora reivindicar, sem timidez, a presença da Assembléia Legislativa na elaboração de planos e programas e na definição das diretrizes para o desenvolvimento. Isso é gestão compartilhada de governo.

Tornar-se centro das decisões cria para a instituição a responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle permanente da execução orçamentária e da implementação de políticas públicas. Em conseqüência, torna-se um imperativo valorizar o trabalho das comissões técnicas, efetivas operadoras do múnus fiscalizador, que é função essencial deste Poder.

Entretanto, não nos podemos esquecer de que o Plenário é o espaço privilegiado do debate, o lugar onde, em última instância, busca-se a tradução da vontade geral. Plenário vazio, que não vota, é prejuízo certo da carta do crédito popular para o Legislativo. É da integração sistêmica entre Plenário e comissões que deverá surgir o modelo de prática parlamentar que a sociedade exige.

A Assembléia de Minas não pode ficar ausente da discussão da revisão constitucional. Cabe-lhe participar dos debates como interlocutor de peso, síntese do pensamento da gente da montanha, porta-voz do compromisso histórico dos mineiros com a liberdade, com a democracia, com o respeito a direitos adquiridos e a situações jurídicas consolidadas.

Já há algum tempo, vimos atuando, de forma fecunda e eficaz, em parceria com a sociedade, parceria colocada em prática especialmente por meio dos seminários legislativos e das audiências públicas regionais. Essa parceria levou à elaboração de leis com intensa marca da participação popular e abriu para a população a oportunidade de se fazer presente na elaboração da proposta orçamentária do Estado.

Neste momento, estamos terminando a nova regulamentação das audiências públicas regionais, para adequá-las à emenda constitucional promulgada em 1994, que envolve no projeto os três Poderes de Estado.

Essas conquistas significaram muito. Entretanto, é preciso ir além. Por isso, assumimos a proposta de uma parcerização total nas relações entre Legislativo e sociedade. É preciso instrumentalizar este Poder para que a expressão da cidadania seja não só ouvida mas também respeitada. Além de continuar o trabalho de multiplicação dos canais de diálogo com a comunidade, nós, Deputados, temos de fazer com que esse diálogo tenha conseqüências concretas na vida dos cidadãos.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais tem que assumir, em toda plenitude, o papel de grande mediadora dos conflitos de interesse e de artífice maior do pacto social.

Essa parceria, voltada para o desenvolvimento integral do Estado, deve se manifestar de forma permanente, inclusive sobre questões conjunturais e específicas, como é o caso, hoje objeto de discussão e questionamento, da FIAT e suas congêneres paulistas na definição de alíquotas tributárias que podem trazer prejuízos ao nível do emprego e da produção em Minas, além do descrédito a pactos industriais anteriormente estabelecidos.

Em suma, não basta ouvir a sociedade: é preciso atuar para que sua voz, suas opções e seus interesses sejam respeitados em todas as instâncias. E a voz, as opções e os interesses de Minas clamam pela urgente necessidade de se promover, a curto prazo, a plena integração das regiões do Estado, respeitadas as suas características.

Integrar não é homogeneizar, standardizar. Ao contrário, é somar vocações múltiplas em proveito do todo. A integração far-se-á em todos os níveis, quer seja o econômico, o social ou o cultural, sempre alavancada pelos meios de comunicação do Estado. Minas são muitas, mas o coração mineiro é um só; o Estado será sempre uno e indivisível. Assumo aqui o compromisso de logo na próxima semana, em conjunto com o Executivo, deslançar o processo que traçará as diretrizes dessa integração.

As relações entre a imprensa e o parlamento devem merecer, de nossa parte, uma reflexão muito especial. O Legislativo é hoje um poder implacavelmente fiscalizado e vigiado, em suas iniciativas e decisões, por toda a sociedade. A imprensa vem assumindo o papel de veículo essencial dessa fiscalização e vigilância. Os órgãos de comunicação têm exercido marcação cerrada, diária e constante, em relação aos atos deste Poder e de seus titulares. O exercício, sem peias, da faculdade de livre expressão do pensamento é manifestação maiúscula das liberdades políticas, essas tão caras liberdades pelas quais parlamento e imprensa lutaram juntos, dando voz aos anseios da vontade majoritária da sociedade brasileira.

Sempre haverá de caber, nas mãos da liberdade, o sagrado direito de resposta e o irrenunciável dever do esclarecimento público sobre pessoas e fatos.

Mas também está nascente na consciência política da sociedade brasileira a clara compreensão de que consolidar o Poder Legislativo, no pleno exercício de suas prerrogativas constitucionais, é fator essencial para que as liberdades políticas não sofram qualquer solução de continuidade em nosso País. Desta compreensão começa a surgir, de forma tangível, um novo patamar de entendimento, que dará maior equilíbrio ao tripé que sustenta a vocação democrática nacional, tripé formado pela sociedade, pelo parlamento e pelos meios de comunicação. Reiteramos a aliança entre parlamento e meios de comunicação, operando na linha de convergência da representação popular e do direito à informação, na trincheira avançada da afirmação e do avanço dos valores democráticos na sociedade brasileira. Nenhuma diferença, nenhuma crítica, nenhuma intriga poderá romper o menor elo desta aliança, que permanece acima, e muito acima,

dos interesses pessoais ou de ocasionais divergências. Nessa trincheira avançada, estamos irmanados na mesma causa, e nossos destinos são inseparáveis no processo de construção da democracia, da liberdade, da justiça.

Senhores e senhoras, nosso principal desafio na sessão que ora se inicia é sermos os agentes de um salto qualitativo, que deverá traduzir-se em: crescimento qualitativo da elaboração legislativa; presença forte da Assembléia na definição de planos e políticas de governo; acompanhamento e controle permanentes da execução orçamentária; presença no debate nacional sobre a revisão da Constituição; parcerização total com a sociedade, de tal forma que, ouvindo o que ela tem a dizer, façamos com que seus anseios tenham conseqüências práticas.

Reconhecemos que nosso projeto é ambicioso. Seu sucesso depende, muito mais que de esforços isolados, da união de todos em torno do ideal de um Legislativo apto a dar respostas aos desafios deste final de milênio. Por isso, convocamos os colegas Deputados, os nossos colaboradores do corpo funcional da Casa, a imprensa, a sociedade civil organizada e os cidadãos das Minas Gerais: mãos à obra, e que Deus nos ajude.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados o agradecimento deste Poder por seu comparecimento, encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.) Levanta-se a reunião.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/2/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.116, 1.119, 1.131, 1.162 e 1.166, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 3/2/95, que nomeou Eulália Rodrigues dos Santos para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Aldimar Rodrigues;

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 3/2/95, que nomeou Félix Alejandro Rivera Solis para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Martini;

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 3/2/95, que nomeou Moacir Campolina para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Motorista, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Marcelo Gonçalves;

exonerando Andrea Cristina Canelhas Dias do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Dílzon Melo;

exonerando Cláudia de Souza Costa Oliveira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Martini;

exonerando Patrícia Melo Franco Antunes do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Aldimar Rodrigues;

exonerando Sônia Maria Pires de Mendonça Dantas do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Martini;

nomeando Fátima Aparecida Borges Dias para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Aldimar Rodrigues;

nomeando João Batista para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, com exercício no gabinete do Deputado Paulo Piau;

nomeando Maria Cecília Duarte para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Martini;

nomeando Maria da Conceição Bicalho Martins para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Paulo Piau;

nomeando Maria Inês Gomes Avellar para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Aldimar Rodrigues;

nomeando Milton Luiz Saraiva para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, com exercício no gabinete do Deputado Paulo Piau;

nomeando Patrícia Melo Franco Antunes para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Aldimar Rodrigues;

nomeando Pedro Alcântara Pereira da Silva para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Motorista, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Marcelo Gonçalves;

nomeando Renata de Oliveira Carvalho para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Martini;

nomeando Sônia Maria Pires de Mendonça Dantas para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Miguel Martini;

nomeando Valdirene Fernandes Santos para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Paulo Piau.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, e 982, de 29/9/93, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos:

nomeando Lauro César de Lima para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Líder do PTB.

nomeando Maria Teresa Vilas Boas de Paula para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Líder do PT.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, e 845, de 11/3/93, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos:

nomeando Andrea Cristina Canelhas Dias para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Líder do PTB;

nomeando Cláudia Ferreira Costa Alcântara para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Geraldo Nascimento, Vice-Líder do PT;

nomeando Helena Auxiliadora Costa para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Líder do PT;

nomeando José Valter Fávoro para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Líder do PTB;

nomeando Lucileide Amorim Soares para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Líder do PT.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/2/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, e nos termos do artigo 21 da Resolução nº 5.086, de 31/8/90, c/c com o disposto no artigo 7º da Resolução nº 5.123, de 4/11/92, assinou os seguintes atos:

exonerando a servidora efetiva Patrícia Gomes Barbosa do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, lotada na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

exonerando a servidora efetiva Elizabeth de Barros Gonçalves do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, lotada na

Gerência-Geral de Apoio ao Plenário, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;
exonerando o servidor efetivo José Teodoro de Souza do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, lotado na Gerência-Geral de Material e Patrimônio, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.134, de 10/9/93, assinou os seguintes atos:

exonerando o servidor efetivo José da Silva Araújo da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando a servidora efetiva Elizabeth de Barros Gonçalves para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, assinou os seguintes atos:

designando Fádua Hamdam de Matos Bayão para prestar assessoramento relativo à área de política de pessoal e especialmente no acompanhamento do processo de reforma constitucional e sua respectiva regulamentação;

designando, para responder pela Secretaria de Assistência e Administração de Pessoal e pela Gerência-Geral de Material e Patrimônio, Solange Ferreira e Elmira Izaura do Prado Soares, respectivamente, enquanto durar o impedimento da titular da Secretaria supracitada;

designando o o servidor efetivo José da Silva Araújo para prestar Assessoria Especial à Secretaria-Geral da Mesa;

ATO DO SR. PRESIDENTE

Na data de 16/2/95, o Sr. Presidente, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 105, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c a Resolução nº 5.134, de 10/9/93, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.095, de 7/12/94, assinou o seguinte ato:

designando a servidora Juliana Jeha para responder pela Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação, até que se dê provimento à referida função.

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 1/95

Comissão Permanente de Licitação

Data de julgamento: 15/2/95.

Objeto: aquisição de uma máquina leitora copiadora para microfilme em rolo 16mm e 35mm.

Licitante vencedora: 3M do Brasil Ltda.

Valor: R\$13.014,90.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 1995.

Rômulo de Oliveira, Presidente.
